

Luta de classes e crise do imperialismo

Marco Antonio Villela dos Santos

"Toda organização interna das nações, todas as suas relações internacionais, não constituem apenas a expressão de determinada divisão do trabalho? Não devem modificar-se com as modificações da divisão do trabalho?"

(Carta de Marx a P. V. Annenkov, 1846, p. 244) [1].

Através de inúmeros artigos publicados neste sítio vimos, do ponto de vista do marxismo-leninismo, buscando construir/desenvolver:

- a) a conceituação de imperialismo a partir do trabalho de Lênin [2];
- b) a análise do processo de crise que vive o sistema imperialista – iniciado com a crise de 1973-1975;
- c) a nova conformação que esta crise vem produzindo na economia mundial [3] e
- d) a análise da formação econômico-social brasileira e do novo papel que esta passa a desempenhar na economia mundial, resultado de suas contradições internas e da reconfiguração do sistema imperialista [4].

O que é importante para nós, para a análise concreta da conjuntura da luta de classes que permita ao proletariado elaborar uma linha justa para sua intervenção, é expor de forma concisa e resumida a conformação presente, atual, da economia mundial, do imperialismo, e as tendências de seu desenvolvimento e ao agravamento de suas contradições, da luta de classes.

Agora, a questão importante a reter é a de que o desenvolvimento da crise do imperialismo agrava a tendência tanto de se acirrar todas as suas contradições quanto a tendência a se produzirem novas contradições no sistema da economia mundial, nos países imperialistas e também nos países dominados e, portanto, a se agravar, tanto nos países imperialistas como nos países dominados, a luta de classes.

Assim sendo, nossos objetivos aqui são: primeiro, avançar na análise concreta do conjunto da crise do imperialismo; segundo, esmiuçar, refinar, ser mais preciso e abrangente nesta análise, apresentada em textos anteriores sobre o agravamento da crise do imperialismo e suas contradições.

O que queremos apontar é a existência e a importância do processo de deslocamento de parte do conjunto da indústria dos países imperialistas e, também, do grande capital nos países dominados – processo que os economistas burgueses denominam de deslocalização – para se concentrar em determinadas regiões, notadamente a Ásia e, na Ásia, especialmente na China, para produzir para o mercado mundial. Essa situação, nova para a economia mundial do imperialismo, decorre de um conjunto de condições de produção favoráveis ao capital e, principalmente, da exploração de força de trabalho a preço muito mais baixo do que o praticado em seus países, com o óbvio objetivo de contrarestar a tendência de queda da taxa de lucro nos países de origem desse capital, aumentando a taxa média de lucro das operações globais de cada transnacional. Essa reconfiguração do sistema imperialista tende a:

- a. agravar a luta de classes na maioria das formações econômico-sociais que compõem o sistema imperialista, agravando a contradição antagônica fundamental do capitalismo – a contradição burguesia/proletariado – porque força o agravamento da luta da classe dominante para rebaixar o preço da força de trabalho, tanto nos

quinzenalmente

Grupos de Estudo

Informações e participação:
entre em contato
com o CeCAC

Agosto

16 de agosto, 5ª feira

Palestra e Debate **Movimento Estudantil**

com Valéria Carvalho

Setembro

11 de setembro, 5ª feira

Filme e debate **A Batalha do Chile**

Documentário: 11 de setembro de
1973, a resistência final de
Salvador Allende

de Patricio Henriquez
(Chile, 1998), 56 min

*Homenagem ao povo chileno
em sua luta antiimperialista.*

27 de setembro, 5ª feira

Palestra e debate

Conjuntura: Luta de classes e crise do imperialismo

com

Marco Antonio V. dos Santos

*No processo de reconfiguração da
economia mundial se altera a
conjuntura da luta de classes tanto
nos países imperialistas quanto nos
países dominados como o Brasil.*

Em homenagem a
**Che Guevara - 40 anos
da sua queda em com-
bate** e aos **90 anos da
Revolução Bolchevique**,

o CeCAC terá uma
programação especial no mês
de outubro. Aguarde e confira!

**As atividades na sede do
CeCAC têm início às 18:30 h**

países imperialistas quanto nos países dominados, para permitir ao capital (a produção), nesses países, de concorrer com o capital que se deslocou (a produção) para a Ásia ou Europa Oriental – neste último caso, principalmente os países imperialistas da Europa –, etc. e porque força o agravamento da luta da classe dominada para resistir a este rebaixamento do valor da sua força de trabalho;

b. gerar uma nova situação de concorrência e novas frações nas classes dominantes, na burguesia (frações do capital), e contradições entre elas, especificamente a concorrência direta entre o capital que participa do movimento/processo de reconfiguração e os setores/frações que restaram com suas indústrias nos seus países de origem, tanto imperialistas quanto dominados, ainda que de forma diferente nuns e noutros, isto é, contradições entre frações de classe que deslocaram sua indústria ou parte dela, e as frações que continuam produzindo nas condições anteriores. Frações que passam a disputar o Estado em seu benefício. Aqui estamos tratando principalmente da contradição que se estabelece dentro de um mesmo ramo de produção;

c. agravar as contradições interimperialistas tendo em vista que países, ou trustes e cartéis, que conseguiram se adiantar à tendência e passaram a produzir em novas condições aumentaram suas vantagens sobre outros países ou empresas. O fato de que países ou cartéis e trustes estão produzindo com maior taxa de lucro tende a acirrar a concorrência, a disputa por mercados e fontes de matérias-primas.

É necessário aqui lembrar as lições de Lênin em "Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo" para ter a correta compreensão do significado dessa tendência a que se agravem as contradições interimperialistas. Diz-nos Lênin que à época do imperialismo o mundo resta inteiramente repartido em zonas de influência, tanto dos grandes capitais monopolistas internacionais, quanto das grandes potências (nas quais se localizam suas matrizes e que atuam em favor das mesmas), em ambos os casos buscando, entre outras coisas, a garantia de acesso privilegiado a matérias-primas e a mercados. Daí que a exacerbação das contradições interimperialistas (com emergência de novas potências, declínio das outrora mais poderosas) questione, a cada momento, as condições nas quais se deu essa repartição e busque uma nova repartição. Já estando o mundo todo repartido, nos avisa Lênin, esse aumento das contradições interimperialistas termina gerando uma tendência a guerras.

Não bastassem os muitos exemplos de guerras imperialistas e coloniais no século XX, elas continuam atualmente sob a forma aberta da invasão do imperialismo norte-americano ao Afeganistão, ao Iraque, dos conflitos na região petrolífera do Oriente Médio, nas guerras civis nos países africanos e, de maneira encoberta, em "conflitos de baixa intensidade" (ou na sua preparação) em vários outros lugares. Não é por outra razão que os gastos armamentistas do imperialismo continuam crescendo e atingindo níveis recordes. Aumento de 37% nos últimos dez anos, sendo que os gastos militaristas nos Estados Unidos já atingem US\$529 bilhões por ano, 46% de todos os gastos militares do mundo! A justificativa? A "crescente disputa por recursos energéticos como um dos principais fatores que podem levar a conflitos armados nos próximos anos" e a "tensão causada pela preocupação dos países em garantir sua segurança energética" [5];

d. gerar tanto uma superprodução de mercadorias quanto sobreacumulação de capitais e as decorrentes crises financeiras, na verdade uma crise financeira latente, a partir do enorme aumento de produtividade, do enorme aumento de produção de mais-valia, resultado do deslocamento do capital nas condições em que é feito (para países com mão-de-obra qualificada e baixos salários e em fábricas no "estado-da-arte" em termos tecnológicos).

Ou, dizendo de outro modo, geram tendências a agravar a superprodução de mercadorias e a superacumulação de capitais que, cada vez mais impossibilitados de se aplicarem à produção, necessitam ser valorizados na esfera financeira [6]. Capitais que não podendo ser aplicados produtivamente vêm sendo valorizados na esfera financeira, do que vem resultando em sucessivas crises financeiras, ou melhor, uma crise financeira latente: tendência a uma crise financeira geral.

Partimos da tese de que, em decorrência do novo período de crise do sistema imperialista aberto com a crise mundial de 1973/1975, em busca de retomar a taxa de lucro, o conjunto dos países imperialistas, principalmente os EUA, transferem/tendem a transferir parte do conjunto de sua indústria – tanto setores intensivos em força de trabalho como setores de média tecnologia (principalmente esses dois setores) e também, setores intensivos em tecnologia, em menor escala, ou mais recentemente apenas – para países da Ásia e Europa Oriental. Esse movimento de reconfiguração:

a. destina-se a países onde o preço da força de trabalho não só é muito mais baixo do que nos países capitalistas desenvolvidos, os países imperialistas, como é muito mais baixo mesmo se comparado a países dominados como o Brasil;

b. tem em vista que tanto a China como países do leste da Europa, países recém saídos de uma experiência concreta de construção do socialismo que não se sustentou/que foi derrotada pela ação conjunta do revisionismo e do reformismo internos e da ofensiva externa do imperialismo, oferecem, além de uma força de trabalho educada e disciplinada, as demais condições de produção em situação extremamente favoráveis;

c. intenta se beneficiar da mais-valia absoluta, com o aumento de horas trabalhadas/dia, aumento dos dias trabalhados por semana e por mês;

d. busca também se beneficiar da mais-valia relativa. As novas plantas industriais construídas se beneficiam dos últimos avanços da ciência e da tecnologia, portanto, mesmo nos setores intensivos em força de trabalho é possível ampliar a mais-valia relativa [7];

e. concentra-se em regiões onde se propicia maior taxa de lucro, beneficiando-se da mais-valia relativa e absoluta, a mercadoria assim produzida para o mercado mundial. O fundamental da produção realizada se destina ao mercado mundial, tanto ao mercado dos países imperialistas que transferiram suas indústrias, quanto ao mercado dos países dominados.

Esta conjuntura do imperialismo se constitui numa situação nova dentro da fase imperialista do capitalismo.

Ou, dizendo mais precisamente, a longa crise que vive o sistema imperialista e que se inicia no começo da década de 1970 assume uma característica nova, podemos avançar, única na história do imperialismo.

Pela primeira vez, para contrarestar a queda da taxa de lucro, num longo período de crise, o conjunto dos países imperialistas, de forma diferenciada, uns mais que os outros, transfere/tende a transferir/deslocar, grande parte do conjunto de sua indústria para fora de seu território nacional para localizá-la em países onde é mais baixo o preço da força de trabalho e as condições gerais de produção mais favoráveis ao capital.

Transfere/tende a transferir à busca de maior taxa de lucro e, portanto, de taxas de mais-valia mais elevadas, resultado tanto de uma força de trabalho comprada a preço menor que aquele praticado nos países imperialistas e mesmo em países dominados com maior nível de industrialização, quanto de melhores condições de produção para o capital.

Produção que tem como objetivo atender tanto o mercado dos países imperialistas quanto dos países dominados, atender o mercado da economia mundial.

Diferentemente do desenvolvimento anterior do imperialismo, agora a exportação de capital se dá sob a forma da construção de novas plantas industriais em países dominados, não com o objetivo

de atender ao mercado interno desses países ou ao mercado de uma determinada região, mas a exportação de capital se faz para a construção de uma indústria utilizando os últimos avanços da tecnologia, em condições de produção extremamente favoráveis, consumindo força de trabalho a preço baixíssimo e jornada de trabalho elevada, voltada inteiramente para atender o "mercado" na economia mundial.

Este movimento do capital – no processo permanentemente contraditório de integração/contradição do sistema imperialista/da economia mundial – que permite aos países imperialistas produzir, a partir da condição de situar sua indústria fora de seu território para o conjunto da economia mundial, inclusive para o seu próprio mercado interno, vai levar a que as leis férreas da concorrência trabalhem forçando a tendência à perequação/equalização do valor da força de trabalho em toda a economia mundial, quer dizer, no conjunto de países dominantes e dominados, ao valor da força de trabalho na China etc.

A busca de maior taxa de lucro é uma tendência geral e férrea da concorrência de capitais [8], daí porque as tendências decorrentes da nova configuração da economia mundial também são tendências gerais e férreas impostas pela concorrência, tendências incontornáveis.

Poder-se-ia dizer que a nova configuração da economia mundial materializa tendências gerais e férreas da concorrência de capitais e está aí para tentar evitar, inutilmente, nova crise. É importante lembrar que, como nos ensina Marx, a cada novo aumento da taxa de lucro é reforçada a sua tendência futura de queda.

O que queremos dizer é que as tendências que apontamos no processo de reconfiguração da economia mundial alteram a conjuntura da luta de classes tanto nos países imperialistas como nos países dominados como o Brasil, por exemplo.

Tendem a agravar por todo o mundo a luta de classes, agravando a crise do imperialismo.

E este processo de reconfiguração da economia mundial é resultado, é determinado pela luta de classes no estágio atual da conjuntura: no fundamental, ainda de defensiva do movimento revolucionário, das posições revolucionárias, marxistas, minado por dentro pelo cavalo de Tróia do revisionismo e do reformismo.

Por isso, está colocado na ordem do dia retomar/praticar o marxismo, o marxismo-leninismo, a teoria científica da classe operária e avançar na reconstrução do partido revolucionário do proletariado, guiado por esta teoria, fazendo a análise concreta da luta de classes - da conjuntura nacional e internacional - para orientar a prática conseqüente, revolucionária.

Novamente se faz ouvir o grito de guerra, lançado por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista:

Proletários de todos os países, uni-vos!

Notas

[1] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Cartas: Marx a P. V. Annenkov (Bruxelas, 28 de dezembro de 1846), In: Obras Escolhidas, vol. 3, Rio de Janeiro: Vitória, 1963.

[2] "E Agora?" (<http://www.cecac.org.br>)

[3] "A crise do imperialismo expressa o agravamento de todas as suas contradições" (www.cecac.org.br)

[4] "Formação econômico-social brasileira: regressão a uma situação colonial de novo tipo e Aprofunda-se o processo de regressão" (<http://www.cecac.org.br>)

[5] A fonte dos dados é o relatório do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo (SIPRI), conforme matéria da Folha de São Paulo, de 12.6.2007, pg. A-13.

[6] Exemplo concreto: a produção imperialista na China, feita pelas fábricas americanas instaladas naquele país, "retorna" aos Estados Unidos via exportações. No primeiro momento, as transnacionais norte-americanas investem na China, construindo ou comprando fábricas e seus dólares vão para as reservas internacionais chinesas. Em seguida, essas empresas exportam sua produção. Essas exportações são pagas às transnacionais americanas na China em dólares, que ficam com o governo chinês (as transnacionais recebem em iuanes) que os aplicam nas suas reservas internacionais. Essas reservas, que já superam US\$1 trilhão ou todo o PIB do Brasil em um ano, e para as quais a China não tem destinação produtiva, "retornam" novamente aos Estados Unidos, via sua aplicação em títulos da dívida pública norte-americana.

Assim, os Estados Unidos conseguem "viver acima de suas posses" – déficits comerciais anuais de centenas de bilhões de dólares – e financiam esse déficit com dívida. Adicionalmente, as matrizes ainda recebem lucros e dividendos das suas operações chinesas. Assim os Estados Unidos conseguem crescer sem inflação – os produtos importados são, nesse caso por definição, mais baratos que os domésticos – e manter baixas suas taxas de juros.

Com isso, geram incentivos a que surjam outros ativos financeiros com maior rentabilidade – imaginem quando a taxa nominal dos juros básicos do Fed, o Banco Central dos Estados Unidos, era de 1%, como o capital especulativo migrou para e se reproduziu nas bolsas, títulos privados, hipotecas residenciais, diversos mercados de derivativos, opções, futuros, fundos de hedge, etc. Essas novas aplicações financeiras geram cada vez maior lucratividade quanto mais capital aplicado, como uma bola de neve, ou uma bolha, na gíria econômica burguesa.

Uma crise financeira latente está implícita nessa espiral de capital fictício.

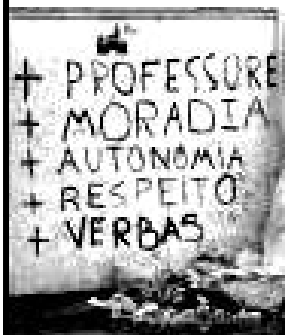
[7] É necessário deixar claro que mesmo nos setores chamados "intensivos em trabalho" a composição orgânica do capital (relação entre o capital vivo, a força de trabalho, e o capital morto, objetivado em máquinas e demais instrumentos de produção, relação expressa em valor) é elevada, ou seja, o capital é investido principalmente em máquinas. Esses setores têm mais trabalho vivo na comparação com os demais setores apenas. Dessa maneira é claro que se pode ampliar a mais-valia relativa.

[8] Realmente era nosso objetivo elaborar um texto conciso, expor de forma didática a conjuntura da crise do imperialismo e suas tendências, porém, não resistimos e nos sentimos obrigados a reproduzir a avaliação que Robert Mueller, especialista na defesa do capitalismo, faz das leis férreas da concorrência e da busca do maior lucro possível que caracteriza o sistema. Capitalista que é capitalista negocia tudo desde que dê lucro, seja a fome, a miséria, as drogas, a guerra ou a sobrevivência da humanidade. "As leis de oferta e procura determinam que alguém, em algum lugar, fornecerá (material nuclear) a quem tiver a melhor proposta, disse o diretor da Polícia Federal (FBI), Robert Mueller, ao inaugurar a conferência de segurança da Iniciativa Global para Combater o Terrorismo Nuclear (GICNB)". "Especialistas alertam sobre risco de ataque nuclear." 11/06/2007 15:59. AFP.

17/junho/2007

Estudantes em luta: ocupação da reitoria da USP

Precarização das condições de educação geram ocupação na USP e generalização do movimento com greve de estudantes, professores e funcionários em diversos campi universitários



Estudantes da USP ocuparam a reitoria da universidade por 1 mês na defesa de uma pauta de reivindicações, e conseguiram ampliar o movimento com greve dos estudantes, professores e funcionários em diversos campi.

Suas reivindicações, como eles esclarecem, "foram elaboradas a partir de carências estruturais cotidianas, expressas na falta de vagas para moradia, na precariedade dos prédios e equipamentos, na falta de professores." A partir delas, com uma prática que tem sido marcada pela combatividade, firmeza e sem sectarismos, conseguiram ampliar o apoio e a participação dos colegas e de outros setores da universidade, de outros campi do estado de São

Paulo, de outras universidades pelo país, como há muito tempo não se via. Denunciaram também que a universidade "direciona prioritariamente pesquisa e extensão para as demandas do mercado em detrimento da maioria da população".

A reconfiguração da formação econômico-social brasileira tem levado à criação de alguns "centros de excelência" (verdadeiras ilhas) em algumas áreas do ensino superior público, de um lado, que servem à atual reprodução do grande capital (aos interesses do imperialismo e das classes dominantes brasileiras) e, de outro, a um sucateamento de áreas consideradas já não tão necessárias a este processo de expansão capitalista brasileiro.

O CeCAC se solidariza com a luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Luta de classes e crise do imperialismo. Apontamentos sobre o ajuste da educação e do ensino no Brasil e o decreto do REUNI.

Marco Antonio Villela dos Santos

1. O processo de regressão a uma situação colonial de novo tipo [1] expressa uma nova configuração da formação econômico-social brasileira para se ajustar ao processo de transformações da economia mundial que busca contrarestar sua crise. Portanto, determina também nos aparelhos ideológicos de Estado, principalmente no aparelho escolar, uma nova conformação de acordo com as atuais "necessidades" da conjuntura da formação social brasileira.

2. A partir dos anos 80 o Banco Mundial, substituindo a USAID [2], vem assumindo o papel de monitorar estes processos de ajustes estruturais nos países dominados, principalmente os ajustes/adequações na "área social", dentre eles o do aparelho escolar. Ajustes que resultam de processos objetivos e expressão de interesses do imperialismo, porém, também de setores da classe dominante local [3]. É importante ver como as propostas da burguesia industrial através da Confederação Nacional da Indústria coincidem com as propostas do imperialismo implementadas sob o cabresto do Banco Mundial (ver anexo na pg.8);

3. Para ocupar seu novo papel, o Banco Mundial elaborou um discurso de caráter "humanitário" que corresponde às noções ideológicas de "justiça social" das classes dominadas dos países dominados, assumindo o combate à "pobreza" [4], noção ideológica central no discurso (ideológico) de várias instituições dos Aparelhos de Estado: as diversas igrejas, ongs, organizações políticas revisionistas, reformistas, populistas, etc.

4. A atuação do Banco Mundial vai principalmente na direção de:

a) monitorar o ajuste estrutural dos países dominados de acordo com o rearranjo da economia mundial;

b) abrir espaço para a valorização do capital;

c) elaborar políticas de contenção da luta de classe acirrada com a implementação destes ajustes (daí a concentração da atuação do BM na "área social").

5. No campo das políticas educacionais, os principais objetivos do Banco Mundial são [5]:

5.1. Ampliar a oferta do ensino fundamental público para manter sob controle as pressões sociais das classes dominadas, a população pobre, e para minar a resistência e a luta de classes das classes dominadas, e para isso:

a) adequar a escola no ensino fundamental a fim de trabalhar sob os critérios da produção capitalista (critérios de produção fabril): controle da produtividade; controle e avaliação de resultados; economia de custos; produção da mercadoria - no caso, educação - ao mais baixo custo possível, buscando formas, por exemplo, como a educação à distância, inclusive na formação de professores, portanto, com baixo nível de qualidade. A função aqui é conter a luta de classes;

b) no geral preparar a população "pobre" para ingressar na economia "tradicional": trabalho por conta própria, trabalho informal, trabalho na produção de mercadorias tradicionais, organização familiar do trabalho, etc. (essa característica também se observa no nível superior, vide cursos e pesquisas em arranjos produtivos locais, economia solidária, etc).

c) no caso da mulher, propiciar por meio da "educação" melhores condições para a aceitação das políticas de controle da natalidade e habilitá-la a participar da atividade produtiva tradicional, principalmente, no setor rural.

5.2. Abrir espaço para o capital se valorizar, estimulando a privatização do ensino médio e do ensino superior.

5.3 Oferecer o ensino médio e superior, com os objetivos de:

a) conter a luta de classes, no caso da população "pobre" e das camadas médias, elaborar formas de acesso a uma "graduação aligeirada" [6], como no caso dos Ciclos Básicos [7] de três anos que oferecem o "diploma" de uma "formação geral" e "atendem" à reivindicação de acesso ao ensino superior, cuja implementação é possibilitada e estimulada pelo REUNI nas universidades públicas federais;

b) atender ao capital, estimular no ensino de nível médio e no ensino superior áreas de formação profissional, restringindo e readequando o ensino e a pesquisa aos interesses de setores da economia integrados ao processo de regressão.

6. Portanto, só podemos analisar o decreto do REUNI [8] a partir do “processo de regressão a uma situação colonial de novo tipo”, da reconfiguração da formação social brasileira para atender às mudanças da economia mundial. O REUNI e outras medidas estão dentro da política do governo Lula, obedecendo às determinações da reconfiguração de realizar as mudanças necessárias na educação e no ensino e, aqui, no ensino superior público.

a) O seu objetivo/resultado concreto principal (caso não seja barrado pela resistência, pela luta de classes) é aprofundar o processo de reorganização da universidade pública de forma a atender/conter as pressões das camadas médias e das classes dominadas por acesso ao ensino superior (a universidade), vendido pela ideologia dominante como cura para todos os males sociais: pobreza, ascensão social, etc., oferecendo ou uma formação generalista, que só cumpre o papel ideológico de dar o “título de doutor”, ou uma formação estritamente profissional que, além da função ideológica, prepare o estudante para uma das áreas da produção capitalista reorganizada pelo processo de regressão.

b) Com o aprofundamento da “regressão à situação colonial de novo tipo”, o Brasil especializa-se na produção de commodities, além de transformar-se em plataforma de montagem e exportação de produtos industrializados de baixa e média tecnologia. Portanto, a formação de profissionais especializados e a produção científica e tecnológica voltada à industrialização interna, característica atual das universidades públicas e em conformidade com o estágio anterior de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, fase da chamada “industrialização desenvolvimentista” - não é mais necessária.

O processo em curso implica em regredir o nível científico e técnico da universidade brasileira, sucateando-a e precarizando-a no geral e mantendo e ampliando os “centros de excelência”, em determinadas áreas específicas, de acordo com os interesses do capital financeiro, como as relativas a commodities, por exemplo, desenvolvimento de tecnologia de cana, de minérios, petróleo, biocombustível, etc.

7. O REUNI é uma forma específica de forçar as universidades públicas federais a se amoldarem à “regressão”, aos interesses do imperialismo e das classes dominantes brasileiras, à reconfiguração do sistema imperialista e à nova divisão internacional do trabalho.

O decreto tem uma carga ideológica forte - é demagógico e populista porque propõe o aumento do acesso de camadas populares à universidade pública, porém precarizando-a, transformando-a em um “escolão”, fornecendo um ensino sem o mínimo de “qualidade” que permita uma perspectiva real de emprego para a maioria dos que vão se formar. Cumpre, portanto, a função de adaptar a universidade pública à regressão, “fazendo propaganda de que abre a universidade aos pobres” e, assim, encobrindo o verdadeiro sentido das mudanças impostas ao ensino no Brasil.

8. O REUNI cumpre essa função ao propor quase que dobrar o número de vagas nas universidades públicas, determinando o aumento da relação aluno/professor de 10/1, em média, para 18/1 e impor a diminuição da retenção e evasão que garantam 90% de aprovação no prazo de cinco anos, de um lado e, de outro, acenando para “suprir” essa duplicação de alunos, com a possível ampliação, que poderíamos dizer, proporcionalmente ridícula, de verbas para custeio e pessoal de no máximo 20% do orçamento das universidades, condicionadas ainda ao cumprimento das metas e à dependência da disponibilidade do orçamento do MEC.

Isso tudo também sem garantir as condições materiais - como a assistência estudantil (bandejeões, bolsas, alojamento, transporte gratuito), construção e reforma de prédios, laboratórios, bibliotecas, concursos para professores e funcionários. Na prática, o necessário cumprimento das metas do REUNI, condição para liberação das verbas pelo MEC, cria as condições para a transformação da Universidade num escolão, rebaixando o nível do ensino, aprofundando o processo de regressão no ensino e na pesquisa, regressão técnica e científica, abrindo espaço para os ciclos básicos e para a “aprovação automática”.

9. De nosso ponto de vista, é fundamental defender a universidade pública, fazer a defesa de mais vagas para a universidade pública e denunciar concretamente que o REUNI não atende aos interesses do povo. Uma verdadeira universidade pública, gratuita e de qualidade pressupõe qualidade no ensino, bibliotecas, laboratórios, associação da pesquisa ao ensino, bolsas de estudo e de pesquisa, alojamento, bandejeão, transporte, etc. Pressupõe ainda uma Universidade que busque as soluções aos profundos problemas que atingem nosso povo e não que seja uma extensão das empresas, nacionais ou estrangeiras, que por aqui atuam.

É necessário montar nossa trincheira para combater a reforma da Universidade imposta pelo imperialismo, é necessário denunciar o caráter compulsório de adesão ao REUNI, caráter que vem sendo escamoteado pelos Reitores. Denunciar a aparência de que as universidades são livres para aderir ou não ao projeto, assim como denunciar a farsa de que a proposta nasceu da livre elaboração das universidades federais, em especial da UFBA e UnB, inspirada nas idéias de Anísio Teixeira.

O ensino que defendemos, nesta etapa, pode se resumir em uma palavra de ordem de resistência: Por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, com ensino e pesquisa voltados aos interesses do povo brasileiro.

Notas

[1] *Formação econômico-social brasileira: regressão a uma situação colonial de novo tipo* (<http://www.cecac.org.br>).

[2] USAID é a United States Agency for International Development. MEC-USAID é a junção das siglas do Ministério da Educação (MEC) e da USAID para denominar os acordos conhecidos como MEC-USAID cujo objetivo foi o reformar a estrutura educacional Brasileira, de acordo com os interesses dos EUA, para conter a luta de classes.

[3] É só ver o trabalho de José Rodrigues, "*Frações burguesas em disputa e a educação superior no governo Lula*", Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34, jan./abr. 2007.

[4] "... o Banco Mundial mudou a feição de suas políticas mas tão somente de modo epidérmico, conclamando os países devastados pelas políticas de ajuste estrutural, por ele encaminhadas, a se engajarem na luta pelo alívio à pobreza" Roberto Leher, "*Wolfowitz no Banco Mundial: educação como segurança*".

[5] "No Brasil, nas duas últimas décadas, o Banco Mundial investiu mais de US\$ 2,1 bilhões somente em educação, modificando o perfil, as prioridades e promovendo uma radical transformação nas fronteiras entre o público e o privado. Entre as principais medidas que o Banco incentivou em termos de políticas, é possível citar: a focalização do/no ensino fundamental, a descentralização, a criação de mecanismos centralizados de avaliação concebidos como instrumentos para a intervenção do governo e do mercado na educação, a conversão das escolas em lócus das políticas assistenciais (Bolsa Família, por exemplo), o adestramento da força de trabalho nas unidades de formação técnico-profissional, o combate ao modelo europeu de universidade, a autonomia como desregulamentação das instituições universitárias para atuarem no mercado e, mais amplamente, o aprofundamento da mercantilização da educação". Roberto Leher, "*Wolfowitz no Banco Mundial: educação como segurança*".

[6] "O retrospecto das iniciativas de criação de uma graduação mais aligeirada para os pobres é suficien-

temente longo para comprovar que o mesmo é parte de um padrão de acumulação muito próprio do imperialismo de hoje, em que os países periféricos e semiperiféricos não ocuparão um lugar relevante na produção de conhecimento e em processos produtivos em que o conhecimento se constitui em vantagem comparativa importante." Roberto Leher, "*Desenvolvimento da educação de Lula é por decreto*". Jornal da Adufrj.

[7] Uma concretização do "ciclos básicos", na verdade uma formação geral e aligeirada, é o projeto pedagógico da recém criada Universidade Federal do ABC (UFABC) como pode-se observar: "No Brasil, a criação de novas Universidades Federais, e em particular da UFABC, gera uma importante oportunidade de inovar, que não deve ser desperdiçada. Por isso, a Universidade Federal do ABC propõe o Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia, que deverá ser o **carro-chefe da graduação**. Com uma **duração de três anos**, o novo Bacharelado **conferirá aos graduandos um diploma** que o habilitará a:

a) apresentar-se ao mercado de trabalho como **cidadão de nível superior**, dotado de visão atualizada da dinâmica científica e tecnológica na sociedade moderna, bem como de base analítico-conceitual necessária para **futura profissionalização**; ou

b) cursar Bacharelado em Física, Química, Matemática, Computação ou Biologia, com duração mínima de um ano, na própria UFABC; ou

c) cursar Licenciatura em Física, Química, Matemática, Computação ou Biologia, com duração mínima de um ano, na própria UFABC; ou

d) fazer um dos cursos de profissionalização em Engenharia da UFABC, com duração mínima de dois anos; ou ainda

e) candidatar-se ao Mestrado ou Doutorado em uma das áreas acima indicadas." - *Projeto Pedagógico UFABC* (Grifos nossos)

[8] Decreto do governo federal de nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

18/julho/2007

Leia mais no sítio do CeCAC: Análise sobre o REUNI

Em seu sítio - www.cecac.org.br, o CeCAC apresenta dois textos que contribuem para a compreensão sobre o decreto do REUNI e seus nefastos efeitos sobre as Universidades Públicas Federais.

No primeiro, uma **entrevista do Prof. Roberto Leher à Associação dos Docentes da UFRJ** ("*Desenvolvimento da educação de Lula é por decreto*"); no segundo, o **Boletim Especial da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ** ("*APG-UFRJ diz não ao REUNI e defende: mais vagas nas Universidades Públicas com efetiva assistência estudantil e mais verbas para contemplar nossa pauta de reivindicações: transporte, Bandejão, bibliotecas, alojamentos, bolsas, melhoria da infra-estrutura, concurso para professores e técnicos.... Por uma Universidade comprometida com os interesses do povo brasileiro.*")

Apontamentos sobre o ajuste da educação e do ensino no Brasil e o decreto do REUNI.

Anexo

Na seção "A educação superior necessária ao desenvolvimento: desafios e propostas", o documento enumera uma série de "propostas" que encaminhariam a superação dos "desafios" postos pela CNI às universidades brasileiras.

O primeiro "desafio", bastante curioso pela sua formulação paradoxal, é "universalizar o acesso à educação superior com qualidade", o que significaria, em cinco anos, elevar de "9% para 30% da população em idade universitária" (CNI, 2004). Um breve comentário: "universalizar" ainda significa "generalizar", e não apenas atingir uma taxa de cobertura de menos de um terço da população "em idade universitária". Mas, quais seriam as propostas para a superação desse "desafio"?

A CNI insiste em fragmentar a organização da educação superior, agora propondo aquilo que Cunha (1980) define como "fragmentação do grau acadêmico de graduação", ou seja, a "criação de cursos e áreas tecnológicas voltadas a profissões emergentes" (CNI, 2004, p. 18). A expansão de cursos superiores de curta duração seria uma forma rápida de alcançar a "universalização" da educação superior, segundo a CNI. Ainda nessa direção, o documento propõe enfrentar a evasão de estudantes a partir da "oferta de cursos adequados às necessidades do mercado e flexíveis do ponto de vista de tempo, local e espaço" (idem, p.19). Enfim, é óbvio o método de "universalização" da educação superior: flexibilizar/fragmentar o modelo universitário e o modelo de curso de graduação.

Outros mecanismos para "universalizar" a educação superior seriam a "atração e a retenção de mestres e doutores no sistema de educação superior, promovendo a valorização e a fixação dos profissionais na academia e nas empresas" (idem, ibidem). Os objetivos embutidos na proposta parecem claros: atrelar a pesquisa à demanda do parque industrial e, simultaneamente, baixar os custos das empresas na rubrica pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Finalmente, a CNI propõe a utilização massiva da tecnologia da informação para a vigorosa ampliação da oferta de educação superior (graduação e pós-graduação) a distância. Para agilizar a ampliação da oferta, a burguesia industrial dispõe-se a auxiliar o MEC na criação de uma "Universidade Aberta do Brasil", que vem a ser, de fato, uma instituição de ensino à distância, desde a alfabetização até a pós-graduação (idem, p. 21-22).

extraído de: RODRIGUES, José. "Frações burguesas em disputa e a educação superior no governo Lula". Rev. Brasileira de Educação, v.12, n.34, jan./abr.2007.124 – 181

90 anos da Revolução Bolchevique: "outros Outubros virão..."

A Revolução Bolchevique completa 90 anos em 7 de novembro (25 de outubro no antigo calendário russo). Revolução proletária e socialista ocorrida em 1917, um exemplo da inesgotável força da aliança operária e camponesa que conquistou o poder de Estado na Rússia.

A Revolução Bolchevique é um exemplo da justiça da teoria marxista, na sua capacidade de analisar cientificamente a realidade e ser um guia para a ação revolucionária. O Partido Comunista da Rússia (Bolchevique) e seu principal dirigente, Lênin, souberam desenvolver o marxismo analisando corretamente a guerra imperialista e a conjuntura específica da Rússia.

Viva a Revolução Bolchevique!



8 de outubro de 1967: cai em combate o comandante guerrilheiro Che Guevara

"Se você é capaz de tremer de indignação cada vez que se comete injustiças no mundo, então somos companheiros! "

"No imperialismo não se pode confiar um tantinho assim...Nada."



A programação das atividades estará no sítio do CeCAC: www.cecac.org.br

CeCAC - Horário de funcionamento:

de segunda a sexta das 14 às 18h

Tel: 2524-6042 e-mail: cecac@terra.com.br
sítio: www.cecac.org.br